

Colegas,

Algumas notas sobre a situação do ensino superior e investigação e a actividade da FENPROF neste sector, um dos que tem sido particularmente atingido pela política que está a desgraçar o nosso país.

Com estas notas, pretendo salientar alguns dos aspectos que sobre este domínio estão no programa de acção. Vou procurar seguir algumas das fichas.

Ficha 2: Tem a ver com o financiamento, ou melhor com o sub-financiamento das instituições. Em menos de cinco anos as instituições perderam mais de 20% do orçamento público.

Com isto são várias as Universidade e os Politécnicos que estão à beira da ruptura. Degradam-se as instalações, os laboratórios, as bibliotecas. Falta a segurança e a limpeza.

O número de estudantes não aumenta como devia, não tanto porque a baixa taxa de natalidade já atinja o ensino superior, como insinua o Ministro Crato, mas porque são muitos os jovens que desistem porque não conseguem pagar as propinas e todos os outros encargos com os seus estudos. Isto é sentido nos 1ºs ciclos, as actuais licenciaturas, mas é ainda mais dramático nos 2ºs ciclos, os mestrados. Estamos ainda muito longe de atingir a metas de graduação definidas na estratégia europa 2020.

O que temos é um problema de propinas altas - uma das 4 mais altas da Europa, e de falta de apoios sociais, que está a tornar o ensino mais elitista, empurrando muitos jovens com menores recursos económicos para fora do sistema de

ensino, impedindo-os de atingir os mais elevados graus para os quais têm capacidade e a que têm constitucionalmente direito. Portugal é um dos países da OCDE com menor investimento público por estudante.

Um ensino superior aberto a todos, numa escola pública de qualidade exige um urgente reforço do financiamento público, com regras estáveis e transparentes.

Ficha 3: Financiamento da investigação científica.

A investigação científica efectuada nas instituições do ensino superior em Portugal registou avanços consideráveis nas últimas 2 décadas. Esta evolução assenta numa rede nacional de unidades de investigação avaliadas e financiadas pela Fundação de Ciência e Tecnologia.

Ao mesmo tempo as políticas seguidas têm desbaratado muita da capacidade instalada nos laboratórios de Estado.

Neste quadro são muito preocupantes as alterações ao regime de financiamento, mais discricionário e que visa diminuir significativamente o número de unidades existentes.

Assim exigimos a manutenção do financiamento de base, plurianual das unidades de investigação

A reorganização da rede de instituições do ensino superior é o objecto da ficha número 5.

Tem-se falado muito, mas não há nenhuma proposta concreta por parte do governo - tal como em outros domínios o Secretário de Estado do Ensino Superior pauta-se por conseguir falar sem nada dizer.

Nesta matéria e até ao momento, a estratégia do Governo tem assentado na asfixia financeira das instituições, deixando que a "livre" concorrência faça o trabalho. Mas é bem possível que estejam a preparar um novo ataque.

Importa desde logo afirmar que para a FENPROF não existem instituições de ensino superior público a mais em Portugal. E qualquer reorganização nunca poderá ser feita por este governo!

São também os seus profissionais, os seus docentes que vêm a vida a andar para trás. Estou a passar à Ficha 19. Somos um dos grupos sociais mais atingidos pelos cortes salariais na administração pública. Somando os corte salariais que para muitos foi de 10%, o roubo dos subsídios, o aumento dos impostos e contribuições para os sistemas de segurança social e o bloqueamento das progressões, é fácil de concluir que os docentes do ensino superior e os investigadores viram, nestes últimos 3 anos, as sua remuneração sofrer uma redução superior a 30%.

No respeitante ao ensino universitário, e em desrespeito dos objetivos inscritos na revisão do estatuto de carreira docente universitária, de 2009, tem-se assistido:

- à diminuição do número total de professores na carreira;
- ao despedimento de docentes convidados, apesar de se assistir ao aumento da percentagem de docentes convidados, a maioria a tempo parcial de menos de 50% - precários e mal pagos
- à diminuição do peso relativo dos professores nas duas categorias de topo (associado e catedrático, que deveria ser de 50 a 70%, está a decrescer e anda próximo dos 30%);
- ao aumento do rácio alunos/docentes.

A Universidade portuguesa está a ser decapitada. Reformam-se os mais graduados, e o seu corpo docente

está a envelhecer, sem capacidade de recrutar e fixar jovens altamente qualificados.

No respeitante ao ensino superior politécnico, o regime transitório do estatuto de carreira, introduzido em 2010, definiu as condições para a passagem à carreira de muitos colegas equiparados, com contrários precários, que eram e continuam a ser a grande maioria dos docentes. No entanto, a integração de docentes na carreira está ainda muito aquém dos objetivos de qualificação definidos na revisão.

Não existe um programa de apoio à formação dos docentes e muitos docentes têm, ano após ano, cargas letivas elevadas. Isto impossibilita a muitos reunir as condições necessárias para desenvolver e concluir os seus doutoramentos.

Assim, a precariedade mantém-se muito elevada, continuando a assistir-se à contratação de muitos docentes convidados a tempo parcial, sem exclusividade, e até por períodos inferiores a um semestre, aumentando o subemprego e o trabalho docente mal pago.

Diminui o número de professores nas categorias de topo (coordenadores e coordenadores principais), não estando a existir concursos em número suficiente.

Passemos à Carreira de investigação, ficha 20: está estagnada, não há concursos, envelhecem os quadros.

Ao mesmo tempo a maioria da nova geração de investigadores ou está com bolsas, de investigação, de doutoramento, de pós-doc ou com contrários precários. No anterior Governo foi lançado um programa de contratação de investigador auxiliares por 5 anos. Aconteceu em 2007 e

2008 e permitiu a contratação de ~1000 investigadores, cujos contratos começaram a terminar no final do 2012.

A solução deste governo foi fazer um novo concurso, para lugares novamente precários, também de 5 anos. Propagandearam 80 lugares para 2012. Anunciaram mais 300 para este ano. Se os números são insuficientes, pior ainda é que nenhum contrato foi ainda realizado, estando actualmente os primeiros 80 a serem tratados.

Na discussão sobre este concurso, a FENPROF teve ocasião de lembrar a Senhora Secretária de Estado que existe uma carreira de investigação que podia e devia acolher esta nova geração de investigadores, quer nos centros e laboratórios universitários, quer nos laboratórios de estado.

É um crime o que este governo e esta política estão a fazer no domínio da investigação científica: empurrar para fora do país muitos dos melhores investigadores formados em Portugal com fundos públicos.

Procurei, em apoio ao programa de acção apresentado pelo Secretariado Nacional, salientar os pontos específicos relativos ao sectores do ensino superior e investigação. Mas, é claro, muito do que está nos outros pontos, nos diz igualmente respeito. Porque antes de tudo participamos, tal como todos vós aqui presentes, na educação, na formação, na criação artística e literária, na investigação científica e tecnológica.

É neste quadro que tracei, que intervimos e procuramos, FENPROF, aumentar a participação, ainda muito insuficiente, ainda que tendo crescido, dos nossos colegas do ensino superior na luta pelos objectivos específicos e gerais. Foi para actualizar e melhorar o nosso trabalho que

realizámos em Novembro de 2011 a nossa Conferência Nacional. É por isso que temos uma estrutura própria no seio da FENPROF: o departamento de ensino superior, que assentado a sua actividade nos sindicatos da federação, tem uma actividade própria, assente numa coordenadora nacional e num conselho de Departamento.

Esta luta em defesa do Ensino Superior e da Investigação é parte integrante e indissociável da luta por um Portugal mais desenvolvido e mais justo, livre das políticas de empobrecimento e de ataques ao Estado Social.

A FENPROF apela a todos os docentes e investigadores para que se unam na defesa do Ensino Superior e da Ciência e na defesa da dignidade profissional, juntando-se à luta geral contra este governo e esta política.

Os docentes e os investigadores, ao lutarem pela defesa do Ensino Superior, não estão a fazê-lo para serem qualquer exceção, mas, pelo contrário, porque não o são e estão a ser alvo da mesma política de extorsão e empobrecimento.

Os docentes e os investigadores, ao lutarem no quadro geral da FENPROF e da CGTP estão ao mesmo tempo a defender o Ensino Superior, a Investigação Científica, as instituições que dão corpo ao sistema e os direitos dos docentes e dos investigadores e, simultaneamente a lutar por um futuro melhor para o País.

Viva à FENPROF!